

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.879 - MG (2019/0300940-1)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : THAIS STEFANY MARQUES DE ALMEIDA (PRESO)  
**ADVOGADOS** : HABIB RIBEIRO DAVID - MG118354  
PAULO ROBERTO COELHO LOPES FILHO - MG154583  
WESLEY SOARES LACERDA - MG164803  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por THAIS STEFANY MARQUES DE ALMEIDA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.096871-9/000).

Colhe-se dos autos que a recorrente foi presa em flagrante pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 33, *caput*, 35, e 40, *caput*, todos da Lei n. 11.343/2006, pois com ela, juntamente com outros nove réus, foram apreendidos mais de 700kg (setecentos quilos) de maconha.

Na audiência de custódia, foi acolhido o pedido de prisão domiciliar, determinada, porém, a monitoração eletrônica.

A defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal *a quo*, pugnando pela revogação das medidas cautelares ou por sua substituição por outras medidas mais proporcionais. A ordem foi denegada em acórdão cuja ementa foi assim definida (e-STJ fl. 87):

HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – PRISÃO DOMICILIAR – AUTORIZAÇÃO PARA SAIR DE CASA – IMPOSSIBILIDADE – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONSTATADO – ORDEM DENEGADA.

- A prisão domiciliar trata-se da manutenção da prisão preventiva, contudo cumprida a cautelar no domicílio do paciente, se submetendo, portanto, às regras impostas no cumprimento da segregação nos estabelecimentos prisionais.

- Presentes os requisitos do art.312 não caracteriza constrangimento ilegal a manutenção da segregação cautelar.

Daí o presente recurso, no qual a defesa alega que a recorrente está

# Superior Tribunal de Justiça

impossibilitada, "pelas medidas cautelares impostas, de sair de sua residência para trabalhar ou de, na eventualidade, socorrer-se a serviços médicos em prol da criança, a Recorrente tem contado com o auxílio de terceiros para manter a subsistência de sua filha, bem como da própria vida. Porém, já passados mais de cinco meses das cautelares, a situação tem se tornado INSUSTENTÁVEL, já que pela restrição imposta, A RECORRENTE NÃO TEM CONSEGUIDO COLOCAR COMIDA EM CASA" (e-STJ fls. 107/108).

Sustenta que "o Acórdão combatido utiliza de fundamentação genérica, abstrata e desvinculada às circunstâncias do caso concreto" (e-STJ fl. 109).

Requer, liminarmente, "que a liberdade da Recorrente possa ser restaurada, mediante a expedição de alvará de soltura" (e-STJ fl. 111).

No mérito, pugna que sejam (e-STJ fls. 111/112):

A. revogadas as medidas cautelares decretadas em desfavor da Recorrente;

B. ou sejam substituídas as medidas cautelares decretadas em desfavor da Recorrente por alguma das outras medidas do art. 319 do Código de Processo Penal, preferencialmente, pelas medidas de recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos (art. 319, V, CPP);

C. ou seja concedida a autorização judicial para que a Recorrente possa ausentar-se de sua residência para que possa trabalhar, para que possa realizar compras e afazeres da vida cotidiana em favor de sua filha e, eventualmente, socorrer-se a eventuais serviços de saúde em favor de sua filha, bem como para que possa fazer-se presente nos atos presenciais do processo penal ao qual responde, sem que isso lhe cause transtornos (art. 317 do CPP).

É o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Na hipótese, contudo, não se vislumbra, ao menos neste juízo perfunctório dos autos, flagrante ilegalidade passível de ser sanada pela concessão da medida de urgência.

# *Superior Tribunal de Justiça*

De toda forma, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal, o que será realizado por ocasião do julgamento definitivo do presente recurso.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta irrisignação.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator